

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 1, DE 2007 – CD, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS, CONSEQÜÊNCIAS E RESPONSÁVEIS PELA CRISE DO SISTEMA DE TRÁFEGO AÉREO BRASILEIRO, CHAMADA DE “APAGÃO AÉREO”, DESENCADEADA APÓS O ACIDENTE AÉREO OCORRIDO NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2006, ENVOLVENDO UM BOEING 737-800, DA GOL (VÔO 1907) E UM JATO LEGACY, DA AMÉRICA EXCELAIRE, COM MAIS DE UMA CENTENA DE VÍTIMAS

**REQUERIMENTO Nº DE 2007
(Dos Srs. Gustavo Fruet, Vanderelei Macris, Otávio Leite, Carlos Sampaio e Rodrigo de Casto)**

Requer a convocação do Sr. José Carlos Pereira, Presidente da Infraero.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do § 3º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei n.º 1.579, de 18 de março de 1952, e na forma do art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja convocado o Sr. José Carlos Pereira, Presidente da Infraero, para prestar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a crise aérea desencadeada após o acidente do Boeing da Gol com o jato Legacy da America ExcelAire, ocorrido em 29 de setembro de 2006.

JUSTIFICAÇÃO

A convocação ora solicitada torna-se imperiosa para esclarecer fatos que são objeto desta CPI. A presença do Presidente da Infraero certamente fornecerá subsídios elementares e indispensáveis para que a investigação parlamentar possa desenvolver-se a contento e enfrentar diretamente o seu objeto, em especial para prestar esclarecimentos a respeito da abertura de uma auditoria para investigar as falhas de planejamento nas obras do Aeroporto de Congonhas, de acordo com matéria publicada no jornal *Folha de São Paulo* de hoje, 15 de maio de 2007, à pag. C1.

“Infraero investiga Infraero por falta de obra

ROGÉRIO PAGNAN

Presidente da estatal abriu auditoria para saber por que a empresa demorou para iniciar a reforma da pista de Congonhas

Pereira negou que a investigação tenha a ver com a CPI do Apagão Aéreo, que apura irregularidades em outros contratos da estatal

O presidente da Infraero, José Carlos Pereira, anunciou ontem a abertura de uma auditoria interna para investigar a própria estatal sobre as falhas de planejamento nas obras do aeroporto de Congonhas, na zona sul de São Paulo. Pereira admitiu que a estatal (responsável pela administração dos aeroportos brasileiros) sabia há pelo menos quatro anos da necessidade de reformar a pista principal de Congonhas. Nada foi feito até a última sexta-feira, quando foi assinado um contrato emergencial, no valor de R\$ 20 milhões.

A Infraero diz que uma concorrência pública seria o procedimento mais adequado, mas como o processo levaria cerca de 18 meses, a saída foi o contrato de emergência. Desde fevereiro, por determinação da Justiça, o aeroporto é interditado todas as vezes em que chove forte. Pereira, porém, não explicou porque ele, que está na presidência da estatal desde março de

2006 e ocupou outros cargos na empresa, demorou mais de um ano para tomar a iniciativa. As obras na pista principal provocaram ontem uma série de atrasos nos vôos e até a transferência de pousos para outras cidades. Uma tempestade à noite ocasionou a interdição do aeroporto por 25 minutos.

O consórcio responsável pela obra, que deve durar 135 dias, é composto pelas empresas OAS e Galvão. As duas construtoras integram um outro consórcio, contratado pela Infraero para a reforma geral do aeroporto e da pista auxiliar. Esse contrato, no valor de quase R\$ 200 milhões, é investigado pelo Ministério Público Federal por suspeita de superfaturamento.

O presidente da Infraero na época em que esse contrato foi assinado era Carlos Wilson, hoje deputado federal pelo PT de Pernambuco -também investigado pelo Ministério Público, com base em relatório do TCU (Tribunal de Contas da União). "A leniência foi dele, que estava na empresa há um ano e três meses e deixou para fazer a obra de Congonhas agora. E, antes de ser presidente da empresa, foi diretor de operações durante dez meses", afirmou. A investigação, disse Pereira, terá como base Congonhas, mas será estendida a outros aeroportos do país e irá abranger "todas as gestões anteriores".

Segundo ele, 40 auditores devem trabalhar nessa investigação, que deve demorar 30 dias. "Este fato era previsível? Desde quando? Quem era responsável por detectar este fato?", elencou ele as perguntas que deverão ser respondidas. Pereira afirmou não ter surgido nenhum fato novo para iniciar a investigação e negou por duas vezes que a auditoria tenha ligação com a criação de uma CPI do Apagão Aéreo, que quer investigar contratos da estatal. "Tem nada a ver com CPI. Estou pouco ligando para CPI." O resultado da auditoria, disse ele, será usado para melhorar a estrutura da empresa, mas todas as irregularidades detectadas serão encaminhadas ao Ministério Público e ao TCU.

Ele também não mencionou quais tipos de problema ocorreram nos outros aeroportos. Pereira também anunciou ontem a entrega, por iniciativa própria, de cópias ao Ministério Público e ao TCU do contrato emergencial para reconstrução da pista de Congonhas. O Ministério Público Federal havia informado que deveria pedir cópia desse contrato para incluir na investigação sobre superfaturamento. “

Sala da Comissão, 15 de maio de 2007.

Deputado Gustavo Fruet

Deputado Vanderelei Macris

Deputado Otávio Leite

Deputado Carlos Sampaio

Deputado Rodrigo de Casto